



Julgados em números

Nº 11 - JULHO A SETEMBRO DE 2020

Esta é uma publicação trimestral que analisa quantitativamente a jurisprudência da 2ª Instância do TJMG, com base em temática e critérios preestabelecidos.

Tema: NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA

TOTAL DE DECISÕES ANALISADAS: **203** DATA DE PUBLICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS: **1º/1/2012 a 31/10/2020**

61,1%

das decisões analisadas consideram que as medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha possuem natureza jurídica de **MEDIDA CAUTELAR**;

38,9%

dos julgados analisados afirmam que as medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha possuem natureza jurídica de **TUTELA INIBITÓRIA**.

DISPOSITIVOS MAIS ACIONADOS

- Artigo 22 da Lei 11.340/2006 187 citações
- Artigo 19 da Lei 11.340/2006 42 citações
- Artigo 19, § 2º da Lei 11.340/2006 32 citações
- Artigo 23 da Lei 11.340/2006 27 citações
- Artigo 24 da Lei 11.340/2006 26 citações

JURISPRUDÊNCIAS DE TRIBUNAIS SUPERIORES MAIS CITADAS

- STJ - AgRg REsp 1566547/MG 3 citações
- STJ - REsp 1419421/GO 2 citações

CRITÉRIOS DE ANÁLISE

TERMOS BUSCADOS: "medidas protetivas" e "natureza jurídica"

Dúvidas ou sugestões: julgados.emnumeros@tjmg.jus.br. Para outras edições, acesse o **Portal TJMG** em **Jurisprudência**